

País quer 45 anos para pagar

BRASÍLIA —

Os títulos de longo prazo que o Brasil pretende oferecer na negociação com os bancos credores para transformação de parte da dívida de US\$ 51 bilhões em bônus terão vencimento entre 40 e 45 anos. Esses são os maiores prazos já discutidos em negociações recentes entre países devedores e bancos internacionais. Os títulos de médio prazo da proposta brasileira, apresentada ao

comitê de bancos credores, na quinta-feira, poderão variar entre 20 e 25 anos, enquanto os de menor prazo (bônus de saída), entre 10 e 15 anos. Esses prazos foram revelados ontem por técnicos do governo que trabalharam na preparação da proposta brasileira.

Os prazos do plano não são rígidos. De acordo com os técnicos, os negociadores brasileiros estão preparados para discutir contrapropostas muito menores, que fatalmente serão apresentadas pelos bancos credores, caso aceitem iniciar discussões formais. A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, deixou claro ontem, no programa **Bom Dia Brasil**, da **Rede Globo**, que o País será flexível na negociação dos prazos, juros e até mesmo sobre a natureza dos títulos propostos.



André Dusek/AE

Zélia: "Podemos chegar a outra arquitetura financeira"

"Podemos chegar em outra arquitetura financeira", disse a ministra. "Estamos abertos para isso." Em relação aos prazos propostos no processo de transformação da dívida em novos papéis (securitização), Zélia Cardoso de Mello não quis antecipar detalhes. Classificou apenas como "pouco" o prazo de 30 anos concedido à Venezuela na renegociação e que, até agora, é o maior obtido, depois da crise da dívida de 1982.

A ministra revelou também que o governo Collor deverá desenvolver uma política econômica até 1994 com a intenção de conseguir um crescimento moderado. Nesse período, o Brasil estabilizará sua economia e retomará gradualmente os investimentos, num cenário mundial de recessão — e crise energética, previu. "Só voltare-

mos a crescer a taxas históricas anuais entre 7,5% e 8% dentro de quatro ou cinco anos", disse.

Nesse quadro de crescimento moderado é que o Brasil estabeleceu sua capacidade de pagamento da dívida, informou a ministra. O país desembolsará efetivamente — caso se concretize o acordo nas condições propostas na quinta-feira — poucos recursos a cada ano, a partir de 1991. Os títulos longos poderão ser resgatados antes dos prazos de 40 a 45 anos, mediante leilão, nos quais os bancos ofertarão descontos, ou sorteio público, se não houver interesse pelo leilão. Informa-se que em 1991 o Brasil estaria disposto a pagar até US\$ 2 bilhões por esses mecanismos. O teto é crescente ao longo dos próximos anos.

Os técnicos que prepararam a proposta de refinanciamento da dívida brasileira não acham que ela seja excessivamente dura com os credores. Observam que existem algumas novidades importantes e que servirão de compensação, como a desvinculação da dívida do setor privado brasileiro (de US\$ 9 bilhões) da renegociação, ou a adesão voluntária dos bancos internacionais às linhas de curto prazo, que vencem em abril.

Além disso, acrescentaram os técnicos, os bancos continuarão dispondo do mercado secundário para trocar seus papéis da dívida brasileira por recursos à vista, mesmo com um desconto grande em relação ao valor original do título. No futuro, os bancos poderiam se beneficiar ainda de mecanismos de conversão da dívida em investimentos. Mas isso só deve ocorrer depois da fase de estabilização econômica, porque a conversão da dívida em investimento provoca expansão monetária no País.